



## REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO dias 02 e 03.03.2016

---

### LEGENDA:

**PRETO = pauta**

**VERMELHO = relato**

**AZUL = Transcrição da fala do Ministro**

**AZUL CLARO = Minha fala com o Ministro**

**VERDE = Encaminhamentos que precisamos dar retorno com urgência**

1. Abertura
2. Aprovação da ata
3. Informes:
  - a) Informes Gerais importantes para o FNE (pelas entidades/órgãos); **Passei como informe a constituição do GT do Redimensionamento da Política Nacional de EJA e a interrupção dos trabalhos. Falei também da reunião com o Ministro e da peça publicitária da Chamada Pública e a apresentei para o Pleno.**  
<https://www.youtube.com/watch?v=0ALwqZW-TXg>

CNTE informou sobre o Manifesto contra a militarização e contra a privatização da escola pública por meio de Organizações Sociais (OS).  
<http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/16081-manifesto-contr-a-militarizacao-e-contr-a-privatizacao-da-escola-publica-por-meio-de-organizacoes-sociais-os.html> Não realizar um dia de luta contra a reforma da previdência, contra a equiparação da idade homem e mulher, contra o aumento da idade para aposentadoria.

INEP informou saída do presidente e propôs que o FNE pleiteie acento no Conselho Superior do INEP. Informou que desagregou indicadores de raça, renda e já estão disponíveis no site (conforme previsto nas estratégias do PNE). Sugere que o FNE aprove que os atores que implementam o PNE devem definir junto com o MEC quais são os indicadores a serem definidos e trabalhados. **Uma vez que o indicador é uma ferramenta de análise do cenário é necessário que os Movimentos Sociais, por exemplo, indiquem quais são os pontos que precisam ser destacados.**

**MIEIB informou que tiveram audiência com o Ministro.**

**CNE informou que ainda não se posicionou sobre status da BNCC. Foi instituída Comissão Bicameral presidida por Marcia Angelo para fazê-lo.**

UNCME informou que o carro chefe em 2016 é a campanha contra as exclusões. Vão nos chamar para conversar sobre EJA.

- b) Informe sobre o Levantamento da existência dos Planos de Educação nos Municípios e Estados; já temos 4000 planos estaduais e municipais aprovados. A secretaria executiva do FNE está coletando todos de modo a torna-los públicos. Sugerir que busquem dados no <http://www.deolhonosplanos.org.br/> que é uma iniciativa da qual fazem parte a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a UNCME, a Undime, a ANPAE e o FNCE.
- c) Informe sobre o Levantamento da existência e formalização dos Fóruns de Educação nos Municípios e Estados; Em abril de 2015 eram 612. Hoje são 1720 Fóruns Municipais de Educação.
- d) Informe sobre a Rede de Assistência Técnica para monitoramento e avaliação dos planos de educação – Já há calendário em andamento para a formação da Equipe. UNCME – Assembleia Legislativa da BA reuniu todas as bancadas para dar celeridade à aprovação do Plano daquele estado. (Confenapa) Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos – Proposta de acionar o Ministério Público para que este acione o Prefeito de cada município que ainda não tenha Plano. CONSED – elaborou ferramenta de memorial de gestão para subsidiar a sucessão de forma a não perder a memória do que já foi feito.
- e) Informe sobre a Secretaria de Governo da Presidência da República Saudou a ação do FNE como espaço de manifestação da Democracia Participativa. Sobre o Decreto 8243 – Política Nacional de Participação Social informou que estão em processo de implementação do Decreto . Solicitou que o FNE contribua e fortaleça os Fóruns Municipais e os Estaduais e o Fórum Interconselhos do PPA (2016 a 2019), pois está no momento de monitoramento. A proposta que estão construindo será submetida à avaliação pelos Conselhos no sentido de monitorar. São 12 agendas estratégicas que são transversais. Breve apresentação ao FNE.

#### 4. Encaminhamentos das Comissões:

- a) GTT SNE; 17 e 18 de dezembro foi a reunião que fechou minuta que já está no site desde dezembro. Prazo para novas contribuições. Nova reunião do GTT será em 24.03 para fechar documento a ser apresentado ao Pleno em 1º de abril.
- b) GTT BNCC; Continuidade do GTT e elaboração de outro documento que se ancore no conceito de educação e nos princípios que defendemos. O FNE propõe Seminários Municipais, Estaduais e um Nacional que produza grande convergência que aponte uma Base construída por todo o país, trazendo todos para o debate sobre o direito à aprendizagem. Destaquei nossa posição mais uma vez.

O encaminhamento dado foi a aprovação daquele trazido pelo GTT, a saber: “As entidades do GTT BNCC voltaram a reunir-se no dia 1/03/2016, nesta reunião o representante da Secretaria de Educação Básica do MEC deu o seguinte informe sobre os encaminhamentos acerca do debate da BNCC: quanto a metodologia do debate - o prazo para a consulta pública foi

prorrogado até o dia 15 de março. Haverá uma segunda versão preliminar da BNCC. Essa segunda versão será apresentada com a compatibilização das divergências apresentadas durante os debates, após a compilação dos dados da referida consulta, com o resultado das reuniões realizadas com Associações Científicas e Profissionais e, ainda, a leitura de mais de 100 pareceres de leitores críticos escolhidos entre pesquisadores renomados das etapas, áreas e modalidades da educação básica, quanto ao conteúdo da versão preliminar da BNCC. Esta segunda versão deverá ser debatida em plenárias municipais e estaduais durante os próximos meses. Quanto aos aspectos conceituais, a SEB entende que a BNCC está submetida ao arcabouço legal já em vigor no Brasil (Constituição Federal de 1988, LDB 9394/1996; PNE Lei 13005/2014; Diretrizes Curriculares Nacionais) e propõe que o FNE apresente um documento com uma discussão sobre a concepção de BNCC. A consolidação final da proposta de BNCC será realizada pela Instância Interfederativa de Pactuação prevista na lei do PNE em vigor. A partir destes informes e proposições o GTT BNCC encaminha ao Fórum Nacional de Educação as seguintes propostas: Reconhece o avanço na metodologia de discussão e participação, com a extensão do prazo da consulta pública, e, com a possibilidade de uma nova discussão sobre a segunda versão preliminar do documento BNCC. Entende que a discussão nos municípios e estados deve garantir a efetiva participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar (professores, pais, estudantes, funcionários, comunidade, conselhos escolares, conselhos de educação; e os fóruns municipais e estaduais de educação), assim como, das entidades do campo da educação. Porém, propõe que o debate seja consolidado em uma plenária nacional, após a realização das plenárias estaduais. O GTT BNCC propõe que esta nota, com o histórico sintético do debate realizado e a análise do documento preliminar da BNCC, seja aprovada pelo Pleno do FNE e encaminhado oficialmente ao MEC, assim como seja divulgado na página do FNE. O GTT BNCC propõe que o pleno do FNE avalie a possibilidade de construir um documento apresentando a contribuição do FNE em relação à concepção de educação que garanta à BNCC o respeito aos princípios de direito a educação, conforme delineado na legislação educacional em vigor.” Assim que estiver pronto, divulgo.

- c) **GTT Linha de Base;** INEP vai preparar uma comunicação sobre o documento Linha de Base que vai ser encaminhado aos Conselhos Estaduais e Municipais. Este GTT será renomeado para Monitoramento e Avaliação do PNE. FNE elaborará Nota Pública sobre a importância da manutenção da Diretoria de Pesquisa do INEP, preservando o caráter de órgão de reflexão, de pesquisa, mantendo seu status. Que o prosseguimento do trabalho de avaliação do cumprimento do Plano não fique ao encargo do INEP. Mudança do nome do GTT para Monitoramento e Avaliação do PNE. Que este GTT discuta: qual é o tom político que será dado a esta avaliação; se será de todas as metas e de todas as estratégias; se terá uma leitura de como estados e municípios se comportaram nestes dois anos de PNE. Proposta de publicação da avaliação dia 25.03, quando o PNE faz 2 anos.
- d) **GTT Financiamento e Valorização Profissional;** Não conseguimos ainda fazer nenhuma reunião do GTT. Prazo finaliza em Julho. Temos que realizar uma do GTT e aprovar no Pleno de 1º de abril. Precisamos do estudo do CAQ que o MEC elaborou para juntar com a Resolução do CNE. Prazo é junho de 2016. Encaminhamento: Ofício ao Ministro para que libere estudo sobre CAQ.
- e) **Cronograma CONAE 2018.** Apresentei nossas propostas que foram subscritas pela Campanha, MIEIB, UNCME, ABGLT e CONFENAPA. **Agora vamos à discussão**

de temática, segmentos, eleições e cronograma inteiro para a próxima reunião, para até dia 25 de março.

Cumprindo sua função de ser o responsável pela organização das Conferências Nacionais de Educação (CONAEs), o FNE já indicou uma data para o lançamento nacional da próxima Conae, em 2018. O lançamento deverá ocorrer em 19 de setembro, data de aniversário de Paulo Freire, patrono da educação brasileira. No dia 1º de abril fecharemos o cronograma na íntegra.

O CEDES apresentou 4 propostas em conjunto com a ANPEd: preocupação com a passagem da participação do municipal para o estadual; emenda ser aprovada exclusivamente em seus respectivos temas; tema central ser articulado com outros temas de política pública e conjuntura; pactuar a implantação do Piso.

f) Análise e posição sobre os pedidos de ingresso no FNE

### CHEGADA DO MINISTRO

Fala do Ministro: É um grande prazer falar aqui no Fórum. Eu queria fazer uma fala sobre vários temas polêmicos e importantes na nossa relação, mas eu me concentrarei evidentemente nos temas que me foram definidos. O primeiro ponto que eu queria levantar do nosso PNE é a meta 1 e a meta 5, colocar todas as crianças de 4 e 5 anos esse ano na escola e alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 8 anos de idade.

Sobre a **Meta 1**: Em relação às creches eu tenho preocupações porque a dotação orçamentária financeira é bastante difícil por causa da recessão e queda de receita. Nós estamos fazendo um esforço grande de soltar os módulos do FNDE que são muito mais baratos e muito mais rápidos e estamos dando continuidade à construção das creches (...) buscando acelerar, tem um volume grande com mais de 75% já construída, que a gente entrega esse ano. A gente sente muita dificuldade no custeio dos prefeitos e também na capacidade de investimento pra dar conta dessa demanda. Então, nós estamos fazendo mais soluções locais, temos ido pra todos os estados. Semana passada fui pra Manaus, pro Espírito Santo, vamos agora para o Maranhão, na segunda-feira, estamos fazendo um esforço muito grande de discutir legalmente e tentar pactuar reabrimos o PAR para o planejamento; todas as prefeituras e estados podem fazer seu planejamento para os próximos 4 anos; só fazemos com quem tem seu PME ou seu PEE aprovado no município e no estado; e a prioridade maior na relação com os municípios é exatamente a questão da meta 1.

Em relação à **meta 5**, os dados da ANA dizem que 22% não aprende a ler até 8 anos de idade, 34% não aprende a escrever até 8 anos de idade e 57% não aprende matemática até os 8 anos de idade. É um quadro muito, muito, muito preocupante e que tende a ser eleito como uma meta absolutamente estratégica. A criança que não aprendeu a ler não vai ler

pra aprender. Nada vai acontecer. Então, quais são as mudanças que estamos fazendo? Primeiro fizemos uma mudança no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Não dá pra ser uma relação entre a professora ou o professor - os 300 mil que nós pagamos bolsa que são alfabetizadores - e o professor da Universidade que vai fazer a formação, mesmo porque há muitas Universidades que estão longe de ter uma boa formação pra ensinar a criança a ler a e escrever e a somar e multiplicar. Há uma distância muito grande entre os cursos de licenciatura e o desafio da alfabetização e do letramento. Então, estamos empoderando as redes (as secretarias estaduais e municipais), pra mais gestão e mais coordenação; estamos discutindo material pedagógico aula a aula, dia a dia para o professor e pro aluno com as redes que têm interesse. O Ceará tem um excelente material, como resultado é o único estado que está melhor que a média e essa média é dramática no Nordeste é o Ceará em Leitura e Redação. A Bahia também tem um bom material. Pernambuco está trabalhando junto com eles pra construir seu material. Sergipe está usando o material do Ceará com algumas mudanças. Estamos trabalhando para ver se a gente também... e estamos rodando e entregando material pedagógico e mudando totalmente a gestão e a natureza do Pacto. Nós assinamos primeiro no Nordeste, depois na Região Norte, e essa semana no Rio de Janeiro, na Região Sudeste. E depois centro oeste e sul.

Segundo, estamos mudando o **Mais Educação**; a prioridade do Mais Educação no Ensino Básico são as 26.156 escolas que explicam 70% do problema da alfabetização. Onde está o problema na alfabetização? Na pobreza - famílias não letradas, crianças sem estímulo doméstico e que vêm tardiamente pra escola com uma imensa dificuldade até mesmo na fala, com vocabulário reduzido, com muita dificuldade na alfabetização. Então, a prioridade do Mais Educação são essas escolas. Em todos os estados da federação é exatamente aí que queremos mais recursos e a complementação da jornada de 3 horas.

O **PIBID**: nós temos 62 mil bolsistas, por 3, 4 anos e nós temos o mesmo problema que nós tínhamos, guardadas as proporções, com o PNAID, que é o seguinte: a Faculdade define em qual escola que ela vai fazer o estágio. Então, temos situação em que vamos a uma escola onde uma escola de ensino superior tem 183 bolsistas numa escola básica, 30 coordenadores. Aí quando eu olho as 26 mil escolas prioritárias pra alfabetização, só mil têm bolsistas do PIBID. O PIBID agora não é só a formação do professor; é a formação do

professor e a melhoria da qualidade da educação básica. Tem que buscar no âmbito do Mais Educação, que nós vamos ter uma jornada de mais 3 horas, ajudar no reforço à aprendizagem sobretudo no letramento e na alfabetização e na matemática que é onde essas escolas têm maior dificuldade. Então, a entrada agora só pode ter 3 bolsistas por escola, um supervisor para cada 3 escolas. Estamos mudando o desenho do programa. Vai ter o mesmo número de bolsas, mas não dá para ser uma bolsa em que a instituição escolhe. Por exemplo, nesse caso, a escola fica a 1 km da universidade; o cara vai a pé, faz o estágio dele. Imaginem 183 bolsistas numa mesma escola, ou estão batendo cabeça ou ninguém está indo na escola. Então, estamos aumentando o controle da presença, a forma de supervisão e a relação entre o PIBID e a escola pública e pactuando com a rede essa relação - o que vai ser feito, como vai ser feito. Tem toda uma orientação do projeto em anos, mas estamos aqui aprimorando um programa que é muito importante que é o campo de prática.

E vamos abrir uma discussão, que ainda não está pronta, (Estou apresentando para vocês, mas ainda não está pronta), que é as escolas de pedagogia e de licenciatura estabelecerem um campo de prática na escola pública; ou seja, elas vão ter que adotar uma escola pública; e a avaliação dessas instituições considerará essa relação. Não pra punir. Eu não posso pedir que uma licenciatura adote uma escola e depois essa escola não melhora no IDEB e aí eu puno a instituição; mas ela receberá o bônus na sua avaliação; ou seja, quem adotou e a escola melhorou no IDEB, melhorou as práticas, melhorou aquela escola para formar os alunos, interesse à escola, interessa à instituição, interessa ao Brasil, então, a escola bônus por isso.... Então, estamos trabalhando fortemente nessa perspectiva.

Em relação ao PIBID nós vamos chamar os envolvidos pra aprimorar a proposta que nós estamos fazendo, mas temos bastante convicção de que é o melhor caminho para melhorar a escola pública e melhorar a formação de professores.

Em relação à **base nacional comum curricular**, hoje tivemos uma excelente reunião com o CONSED, foi excelente a contribuição que eles fizeram apresentando um excelente documento em que eles colocaram toda a preocupação e há uma grande convergência com as preocupações do Ministério. Tem alguns temas e eu queria tratar só do que é problema. Temos mais de 12 milhões de contribuições, teremos seminários nos 27 estados, todo

mundo vai poder participar, é um processo absolutamente aberto, nós gostaríamos que vocês apresentassem a proposta do FNE, participando do Comitê de Gestão, participando intensamente desse processo trazendo a contribuição importantíssima do Fórum.

Agora, quais são os temas mais sensíveis? E eu quero dizer que eu acho que todos serão equacionados. A UNB está selecionando e classificando para organizar os mais de 12 milhões de contribuições pra gente fazer uma devolutiva nos seminários que vão ser feitos em todo o país. Todos os avaliadores da primeira proposta os textos todos estão no Portal do MEC, com todas as críticas, todas as questões, todos assinados com autoria, na mais total transparência. Agora tem outros temas mais sensíveis que nós precisamos enfrentar, pq eu acho que não faz muito sentido. O primeiro deles é a História. Evidente que a História vai ser sempre um campo de disputa política, teórica, ideológica, sempre foi assim e continuará sendo. Mas nós temos que ter um entendimento de quais são os direitos básicos de aprendizagem, quais são os objetivos de aprendizagem, a estrutura da base, que é o mínimo essencial de direito de aprendizagem para todo estudante. É evidente que não está em questão o pertencimento do Brasil à cultura ocidental, nós temos aqui democracia, estado de direito, liberdades democráticas, cidadania, separação de poderes, devido processo legal, contraditório, tudo isso faz parte da nossa cultura, da nossa história. Mas algumas críticas conservadoras apontam como se nós quiséssemos tirar isso da interpretação da história e jamais foi proposto isso e o texto vai ser aprimorado e tem que deixar muito claro essa questão para não avançar na dimensão da contribuição afro descendente e indígena na nossa matriz social e na nossa história. E a nossa proposta vai lutar por isso. Quer dizer, o MEC acha que é fundamental que a gente avance. Tem uma coisa que mudou no Brasil e muita gente não se tocou: 52% dos alunos do FIES e do PROUNI são negros. Tem 9 mil estudantes na Universidade que são indígenas. Tem uma demanda nova que é muito positiva. É um campo novo. Não é prejudicar a literatura que nós temos; é ampliar uma reflexão, um debate, por exemplo, sobre história da Arte, que é o curso mais demandado na formação continuada dos professores hoje. Então, nós queremos tratar esse tema que acho que vamos chegar a uma boa interpretação.

Outra questão é no aprendizado do Português, a questão da gramática e da norma culta. Ninguém aprende ou ensina Português sem considerar a gramática e a norma culta. Mas

nos últimos 30 anos, o que a Pedagogia ensinou e pesquisou e demonstrou, é que é escrevendo e lendo que a gente aprende a norma culta: é o texto. É nos textos, como dirigia o Veríssimo, “nos meus textos, a gramática apanha todo dia pra saber quem é que manda”. Não adianta a gente imaginar que a gente vai aprender a ler e a escrever, só decorando as regras da gramática. A pessoa vai se debruçar sobre a Gramática porque ela vai escrever cada vez melhor, vai ter interesse cada vez maior e uma coisa está associada a outra. Não é retirar, é incluir de uma forma pedagogicamente construtiva e despertar a grande motivação para ler e escrever.

Outros temas, enfim, na relação do Ensino Médio, como é que vamos compor o que é o mínimo essencial, que é o direito básico de todo e qualquer estudante... (relata os vários lugares em que ele morou), então, imagino que se não houver um mínimo de estrutura que um cidadão tenha o mesmo direito em qualquer escola que ele for estudar, como é que um estudante com a minha trajetória faz? Agora, isso não pode engessar o currículo. Tem que ter trajetórias de formação que assegurem a especificidade regional, cultural; por exemplo, a formação profissional; só 9% dos estudantes de Ensino Médio fazem Ensino Técnico; na OCDE são 49% e fazem integrado e ou concomitante. No nosso caso, nós estamos longe, porque qual é a questão que nós temos que refletir? Só 20% dos alunos concluintes do Ensino Médio vão pra Universidade; os outros 80% vão pro mercado de trabalho. Nós precisamos pensar uma forma de abrir uma perspectiva de também ajudar a construir uma formação como projeto de vida, um projeto continuado. ... Não sei se vocês tiveram oportunidade de ver nossa publicidade sobre o EJA com o coração de estudante do Milton Nascimento. Vocês viram? (**Minha Fala:** Vimos e apresentamos hoje pela manhã na reunião do Pleno, Ministro. Vimos e saudamos o MEC por haver nos ouvido em nossa audiência, quando solicitamos Chamada Pública, Ministro. Vimos e queremos mais).

Retorno da Fala do Ministro: Sabe o que está acontecendo? Explodiu a demanda, tem fila em alguns lugares. Agora, vamos lançar a etapa 2 do EJA, que é o PRONATEC EJA, tentar juntar as duas coisas e reconhecer as competências e saberes dos trabalhadores. E pensar um itinerário formativo que é o seguinte: quem fez o curso de qualificação profissional conta ponto pro curso técnico que vai fazer depois e quem fez o curso técnico conta pro curso tecnológico universitário. Quer dizer, ele vai incorporando aquilo no currículo e também a direção contrária, como tem na Alemanha. Ou seja, o aluno que está na



Universidade fazendo engenharia e que, por algum motivo, para de cursar, foi reprovado, casou, o que seja, se ele quiser fazer um curso técnico, ele incorpora o que ele acumulou em termo de crédito na estrutura do tecnológico, tanto pra cima quanto pra baixo você constrói itinerários formativos. Essa experiência da Alemanha é muito rica e deu muito certo (fala um pouco sobre o funcionamento desse sistema na Alemanha). Então estamos trabalhando o PRONATEC\EJA, inclusive, dia 09 vocês estão convidados a conhecer lá no Palácio do Planalto, viu Analise, o novo Pronatec/EJA. Vai ter o e.pronatec, vai ter uma série de novidades de metas ambiciosas. Acho que está muiito bem desenhado o pronatec e essa coisa de fazer o ensino técnico profissional e a formação regular e valorizar o EJA e prestigiar o EJA.

Nós também estamos pensando em deixar a Certificação do ENEM, mas também em **criar um exame a mais exclusivamente para certificação**. Não precisa tirar, necessariamente a certificação do ENEM, mas um exame que vai selecionar 7 milhões de pessoas, 2.700.000 que se inscreveram no SISU para 230 mil vagas, não é necessariamente o melhor exame para certificar alguém que está com defasagem idade/série, que parou de estudar e voltou a estudar e quer concluir uma disciplina ou um conjunto de disciplinas. Então, dá para fazer o ENEM, dá, mas se nós fizermos o ENEM e fizermos um exame específico, vamos valorizar mais o EJA e estimular ainda mais a conclusão do Ensino Médio que é todo o objetivo dessa proposta: reconhecer e valorizar ainda mais o conhecimento dos trabalhadores, que tem que ter um valor pra retomada dos estudos, ele pode combinar com o Ensino `Profissionalizante e flexibilizar a certificação pra ele ter progresso profissional e na carreira.

Em relação ao **ENEM**, nós vamos lançar também umas coisas bem interessantes. Vamos lançar uma rede de televisão encabeçada pela TV Escola e vamos começar a fazer um exame simulado pra todos os concluintes do ensino público fazerem o ENEM. Nesse simulado ele vai receber uma avaliação pessoal, como é que ele está; você tá muito bem em fração, você está muito mal em cálculo ou seja lá o que for; Teoria dos Conjuntos. Você, em história, está muito bem nesse capítulo, etc. e tal. E vai receber um plano individualizado de aula. Cada aluno. E aí ele vai ter aqui no MEC, a plataforma do MEC, que nós estamos chamando de MECFLIX e no MECFLIX ele vai ter 1200 aulas, que estão prontas e 3000 exercícios. Nós vamos dizer qual é a aula que ele tem que assistir e qual é o

exercício que ele tem que fazer; se ele quiser melhorar o desempenho dele no ENEM. Então, ele pode fazer um programa de estudo pessoal on line, assistir a aula que ele quiser, pode fazer o exercício que ele quiser e todo mês vai fazer um exame diagnóstico e daremos o resultado. Dizer: Oh, hoje se você fosse fazer o ENEM a nota que você tiraria seria essa. E ele pode olhar no último ENEM e ver os cursos que ele entraria ou pensar a estratégia dele.

Em relação ao **CAQ/CAQi**, a nossa proposta é criar uma comissão com participação do Fórum e de outras entidades: Campanha, CNTE... Nós podemos aprofundar a discussão e definir os prazos e estratégias do CAQ/CAQi, e vamos criar uma estratégia pra estabelecer um diálogo com a situação fiscal real que nós temos, pq nós temos uma situação fiscal que é muito severa. O Daniel (Cara) já debateu isso comigo. Não vamos rebaixar o conceito construído, mas vamos debater uma estratégia que seja viável. Ou seja uma estratégia na qual nos vamos preservar conceitos generosos. Então, nossa disposição é esta. Criar uma comissão com a participação efetiva de vocês e desenhar um conceito de estratégia, porque com o PNE nós vamos ter que discutir a Meta 20. As dezenove outras tem acordo aqui nesta sala, mas se não resolver a 20, não resolve muitas das outras 19.

Em relação ao **Sistema Nacional** nós estamos quase concluindo a discussão dentro do MEC. A gente senta aqui nesta sala e todo mundo participa, todas as secretarias, todos os quadros de direção do MEC, nós estamos com uma proposta muito interessante, muito consistente. Fizemos vários ajustes, dialoga muito com o que vocês já discutiram e eu acho que no máximo em 10 dias... A próxima reunião do Fórum que dia que é? Bom, quando for, avisam que a gente vem apresentar a proposta em primeira mão para discutir com o Fórum. Eu acho que nós estamos com um projeto muito interesse e bastante consistente com o que o MEC acha que deve ser feito.

Outra coisa que nós vamos fazer é um belo programa de **formação de professores** da rede pública, em exercício. As vagas do SISU, na rede pública, as vagas remanescentes, são mais ou menos 100 mil vagas de universidades federais não preenchidas. Nós vamos fazer um SISU específico, pq são vagas do 2º ano pra frente. Tem 2.700.000 pra entrar só que, por exemplo, um aluno que entrou em Medicina no Piauí e depois ele pede transferência para a Bahia. Aquela vaga fica lá ociosa e sendo paga com a verba pública. Fica lá

disponível. Às vezes, alguém apresenta um currículo e pede reopção. Mas o fato de não existir uma política nacional para ocupar este... O MEC pode colocar mais 100 mil alunos no sistema público por ano com o mesmo custo que se tem hoje, com as vagas que estão disponíveis para o 2º, 3º, 4º, 5º, 6º anos. Então, vamos fazer um SISU pra preencher essas vagas, um Sisu de vagas remanescentes são pra quem quiser preencher estas vagas. E a primeira fase será só pra professor da rede pública. Quem quiser fazer uma segunda graduação vai ter prioridade absoluta. Depois, vamos tratar dos outros estudantes que estão no sistema e que podem ir pra uma universidade federal. Então os melhores cursos do Brasil vão estar disponíveis para os professores que já têm uma graduação, já têm uma experiência pedagógica e que poderão fazer estes cursos. Eles vão apresentar os seus currículos e a Universidade vai selecionar.

E por último, a questão do **Aedes**, da Dengue, Chikungunha e da Zika: esse mosquito está em 113 países. A primeira epidemia data de 1797 de dengue, documentada, há mais de 200 anos. Ela está em praticamente em todos os países tropicais. Ele pode transmitir até 17 vírus pro ser humano. No nosso caso, nós já temos 6: 4 tipos de dengue, chikungunha e Zika. No caso da dengue, alguns vírus são mais agressivos como o caso da dengue hemorrágica, que mata. (contou o caso de uma secretária –de educação de Sinop– que perdeu a filha de 18 anos no mesmo dia em que o Pacto contra o Aedes estava sendo lançado) . No caso da Zika, uma pesquisa médica recente mostra a agressividade desse vírus Zika quando ataca os neurônios do cérebro... o que se sabe é que ele é muito agressivo no início da gravidez, que pode comprometer o sistema nervoso central nos casos de microcefalia mas ele agride também pessoas já numa fase mais adulta ... não se sabe quando, como nem porquê. Nós temos um caso lá em Araçatuba de uma estudante que ficou com aquela síndrome de Guillon-Barré, que vai paralisando todo o sistema neurológico e no final a pessoa morre porque não consegue respirar. Essa doença, se diagnosticada, tem remédio. No caso da microcefalia não tem. E na Zika também não tem. E nem vacina. Mas estamos terminando no Brasil pelo Instituto Butantã uma vacina contra a dengue. Não sei quantos vírus serão possíveis mas estamos muito perto a pesquisa e acho que vai ser uma grande novidade para a medicina brasileira. Mas não tem nada ainda contra a Zika. A única vacina que temos é a prevenção. Não há outro. A educação soma quase 60 milhões de pessoas entre professores, professoras, servidores, trabalhadores e estudantes; é a única força social organizada por escola capaz de fazer o

que precisa ser feito. Não há outro. É uma ilusão imaginar que 48 mil agentes de vigilância sanitária vão percorrer todas casas. Ora, se a mosquita põe 400 ovos em duas posturas em 30 dias e ela põe em vários locais; onde tem água parada ela põe o ovo; o macho não chupa o sangue, a fêmea só chupa pra alimentar o ovo; o animal tem instinto pra se reproduzir; ele chupa o sangue e mete o vírus grave; a vocação dele é feroz pra se reproduzir; não faz barulho; onde pica não dói e adora o espaço urbano, o gaz carbônico do ser humano e tá sempre em voo. Em mais de 70% dos casos, estão dentro de casa. Ou a gente tira ele de dentro de casa ou não tira. Se nós transformarmos isso numa força da escola, nós temos uma grande chance de reverter esse quadro. A OMS diz que nós podemos ter 1% das residências infestadas para ter o controle da doença; hoje nós estamos com cerca de 3,8% de infestação dentro das residências. Qual a proposta do MEC? Fizemos aquele dia 19 de mobilização, que foi um sucesso; eu participei de atividade espetaculares. A nota das autoridades que participaram foi 9,4; foi muito positiva a receptividade dos professores e estudantes; a molecada ... Eu fui no Ceará naquela escola Leonel Brizola; chegando lá já tinha música muito bem feita; tinha mosquito fantasiado, umas maquetes com uma casa como deve ser e como não podia ser; mostrando o que tinha que ser feito, tinha microscópio com ovo, a larva, pupa, o mosquito, todas as etapas e o Ceará vai incorporar 20 horas na grade curricular para estudar essa matéria. Dá para dialogar com a história (desde quando e Oswaldo Cruz, etc), com a Geografia (onde está a Zika, em que países - 113) com o Meio Ambiente, dá para discutir em Biologia, a morfologia do inseto, a patologia da doença, matemática, estatística; projeção... Então, dá para discutir muita coisa; estimular o conhecimento científico nas várias etapas e despertar essa cidadania a partir da escola. O que nós estamos pensando pra próxima etapa da Campanha é o seguinte: as autoridades e os pais (a gente convidaria os pais para irem à escola) e os estudantes vão apresentar o que pesquisaram e o que conhecem. Jogar pra eles a responsabilidade de dar uma aula e mostrar o que está sendo feito. Então, conversamos com os secretários para ver o dia que se consegue pra se realizar essa atividade, mas é muito importante a gente fazer uma campanha forte e mobilizar com muita intensidade e transformar isso numa atitude semanal; se forem tirados 15 minutos por dia pra se resolver o problema em casa, porque não adianta fazer uma vez por mês, porque no mês seguinte já tem mais 400 ovos eclodindo. E o ovo fica até 1,5 ano parado ali e se tiver água ele eclode. Contou caso de dona de casa em Fortaleza em que uma dona de casa fez tudo

certinho mas havia uma goteira que gerou um berçário para o Aedes, que jogou todo o seu trabalho por terra ... Então, tem que haver uma mobilização nacional contra o Aedes e a Educação não pode perder essa oportunidade. E eu espero que o Fórum participe ativamente disso. Só a educação é capaz de parar o Aedes. Estamos tentando chegar no nível da sala de aula para criar uma estrutura permanente de luta contra o mosquito. Então, os nossos temas são esses.

Parou aqui a fala e abriu para interlocuções. Fui a última a falar antes de ele informar que precisava dar retorno às falas já feita por precisar sair para outro compromisso.

### **Formação de Professores e PIBID**

Não pode formar um médico que nunca viu um paciente. Então, tem 5 leitos do SUS, tem urgência e emergência, tem que ter SAMU, tem que ter o médico da família, tem uma série de exigências na residência médica. O mesmo rigor que nós temos ao formar o médico, nós temos que ter na formação do professor. Ou a gente enfrenta isso ou a gente não avança. As Faculdades têm que ter um conjunto de escolas que é o campo de prática pra elas. Se nós fizermos isso como estímulo, eu acho que nós estaremos num bom caminho. Acho que vai ser bem acolhido, entra em campo quem quiser e estiver disposto a encontrar bons resultados. A gente motiva a melhorar essa questão do campo de prática, uma escola que completa a Faculdade, como é nos colégios de aplicação; pra quem tem é fundamental ter um colégio de aplicação. Então, estimular esse modelo pra gente avançar. Isso também vai ajudar a melhorar a Rede. Eu concordo plenamente com a questão do Apagão de Professores. Na próxima vez a gente volta pra discutir Formação de Professores no Brasil, mas no caso da Física, eu volto pra gente discutir a questão da formação dos professores. Mas a Física é o caso mais grave. 74% dos professores de Física não são formados em Física. Não vou passar disso, fico só por aqui, porque o quadro é bem grave. E não adianta imaginar que os físicos vão virar professor, porque só 2%. Nós estamos formando 2000 físicos por ano. Nem em 15 anos a gente resolve isso. Ou a gente faz a formação de quem já está na atividade docente, que já está dando aula de Física pra eles se formarem em Física, complementando a carga horária e valorizar esse profissional ou se imaginar que vai entrar e não vai entrar e não vai entrar. E como o professor já não motiva, por que não sabe nada de Física, está ensinando Física, mas não sabe Física, uma

boa parte deles não sabe nada de Física, não tem formação nem contato, então, já não motiva o estudante e isso virou um buraco do qual a gente tem que sair e formando o professor e valorizando o professor e abrindo vagas na Universidade.

### **Sobre CAQi e CAQ E FINANCIAMENTO e Sistema Nacional de Educação**

Daniel, eu concordo plenamente com você, e acho que vocês têm que enfrentar muito forte essa briga. Existe uma visão neo-liberal que volta com muita força nesses momentos de crise, que o Estado brasileiro é a vinculação de verbas, principalmente pra Educação. Então, se nós tivermos as exigências de uma vinculação do Município, coisa que já está em programas de partidos, tem grandes partidos que fizeram encontro nacional e aprovaram isso como regra e a pressão dos gestores, prefeitos, etc é muito forte nessa direção. Então, “a gente retira as vinculações e nós melhoraremos a qualidade do gasto público”. Ora, isso é desconstituir todos os avanços que nós tivemos na Educação. Isso é o desmonte do PNE. Ou a gente discute abertamente a Meta 20 e diz “pronto está resolvida”, ou então vamos rever todas as 19 metas pra chegar... E aí vamos rever as 20 pra trás; como é que a gente vai discutir que o PIB entra no Orçamento? Nós vamos simplesmente tirar o compromisso com a Educação. Eu acho que isso vai ser um grande desastre histórico. E junto com isso vem o voucher. É o seguinte: você passa o cheque pro aluno e ele escolhe qual escola ele quer. Esse modelo é do Friedman, da Escola de Chicago, um modelo neo-liberal puro, dos anos 50, que nos Estados Unidos é só 3% da Rede e não resolve o problema da Educação. Se resolvesse, a gente podia até parar pra discutir; tem várias experiências que não se consolidaram; porque a Educação tem que ser espacializada. Não adianta se você tem uma boa escola na zona sul de São Paulo se você mora na Zona Leste. São 1700000 pessoas todo dia tentando entrar no metrô todo dia, a Radial Leste parada, ele vai demorar 3 horas pra chegar e 3 horas pra voltar. Escola tem que ser boa em toda esquina. A Rede tem que avançar. É direito essencial. Eu não vejo como isso pode avançar e esse Fórum eu sei que vai lutar firmemente nessa direção.

Em relação ao Sistema Nacional de Educação, nós ainda vamos ter um diálogo com a Câmara, mas era bom a gente fazer uma discussão, um diálogo entre nós aqui bem franco. O nosso projeto dialoga muito com o que está aí e tenta aprimorar e colocar as preocupações do MEC. Nós sustentaremos aqui a nossa visão, mas eu acho que ajudaria

bastante se nós fizéssemos uma discussão prévia e depois articular. Em relação ao CAQ/CAQi eu acho que o caminho é esse, a gente avançar a discussão, com conceito, consolidar e discutir mesmo. Não adianta a gente colocar toda a pauta na mesa e não resolver o financiamento. A queda no PIB de 3,8%, não é a União que não tem orçamento, os Estado não têm, os municípios não têm. O Estado brasileiro perdeu receita em termos absolutos e isso vai repercutir em todas as políticas públicas. Nós temos que defender a Educação, mas enfrentar o problema do financiamento que eu acho que é muito muito preocupante.

### **Sobre Escolas Militares, ENEM e ensino de História**

Olha, eu gostei muito da intervenção, qual é o seu nome da UBES? (Guilherme) É!! A gente vê que tem uma geração nova aí que tem um discurso, está na hora mesmo de assumir as coisas, muito articulado e muito consistente. De fato, a lei assegura esse direito, mas se você pegar o debate sobre História, você vai ver que o pensamento conservador tenta desconstituir tudo o que diz respeito às políticas de ações afirmativas e o direito de emergência dos negros, em todas as dimensões da vida pública, inclusive na literatura. Inclusive na interpretação de sua própria história. É disso que se trata. Não é que o MEC não quer tirar a história que já foi contada. O MEC quer que conte a história que nunca foi dita, nós não vamos tirar a outra história, queremos que a que não foi contada passe a ser contada. Então isso tem uma disputa duríssima e não subestimem estes conservadores. Já escreveram até esta semana que nós queremos revogar a literatura. Nunca. O que nós queremos é o debate sobre a História, é que a gente avance nesse concepção, DENTRO DA BASE. Porque é fundamental a Base.

Em relação ao acesso desse simulado do ENEM você tem toda a razão. Nós vamos ter que usar a rede das escolas públicas e vamos buscar parceria com as instituições privadas ... e vamos fazer num sábado, esse exame, pra que os alunos possam usar os computadores das escolas privadas, universidades, quem não tem computador em casa, ou na escola, etc para haver o máximo de acesso que puder. E acho que vai ser uma boa parceria. Toda universidade tem hoje um bom laboratório de TI. Tem aí os Pólos de Universidade Aberta. Usaremos toda essa rede pra disponibilizar computadores para 2 milhões de estudantes. E mais, se essa experiência der certo, ao longo de 2016, nós podemos ir pro ENEM eletrônico

e poderemos ter mais de um ENEM no ano. Seria o grande sonho. Então, é uma forma também de nós construirmos o ENEM eletrônico.

Em relação às escolas militares, eu acho que existe uma parte da juventude que quer ser militar. E as escolas militares sempre existiram e devem existir. O que eu não acho que é caminho pra se resolver o problema da escola é a militarização da rede. Está surgindo como solução para problemas de disciplina nas escolas. Então, vamos discutir o problema da convivência, do respeito ao outro, mas não é militarizando a escola que nós vamos fazer educação. Mesmo porque em geral, historicamente, isso não nos serve. Você pega a Alemanha na 2ª. Guerra; um país fantástico tecnologicamente, é uma grande potência com tudo o que sobrou da Guerra. O que faltava ali? Faltava uma visão de democracia, de direitos humanos, de tolerância, valores de cidadania que nós queremos na escola que nós estamos construindo. E não é batendo continência ou marchando que você resolve esse problema. Agora, quem quer ser militar tem direito de ser militar. Agora, se começar a militarizar a escola pra resolver os problemas da escola é um retrocesso que eu acho que a gente deve tentar reverter, porque não é um bom caminho para o processo.

### **Formação de Professores via SISU**

Bom, agradeço muito o Paulo da ABRUEM já que estão fazendo reunião, estou fazendo essa semana toda com as instituições superiores; vamos discutir todas as parcerias e também essa questão das vagas remanescentes. Porque você vê o seguinte: qual é o custo adicional que você tem de colocar o aluno, que tá com uma carteira vazia na sala? É nenhum. Vai fazer mais com menos. Se a gente criar mais 100 mil vagas sem gastar quase nada. Pode ser que tenha ali um livro a mais, alimentação, mas não tem o gasto, porque o professor está lá, a estrutura, o laboratório, portanto a rede básica física e o custeio está dado. Nós estamos melhorando o acesso. Exatamente na crise, que está tendo inadimplência porque não pode pagar, vai pra universidade pública que tem vaga sobrando. Mas, a prioridade para o MEC, e é isso que nós queremos discutir, são os professores da rede pública. Professor da rede pública que quiser uma universidade federal entra agora que tem vaga a partir do segundo ano. Aí vamos fazer uma seleção e vamos por aí melhorar a formação dos docentes rapidamente. Se for esperar uma nova licenciatura e etc, nós... Essa geração já foi. Principalmente a dele.



Em relação ao acesso tem um problema do acesso e permanência; nós NÃO vamos tirar 1 real, aumentamos 1 real para o nosso programa de bolsas, a permanência dos estudantes, principalmente dos cotistas nas Universidades Federais. Então, aumentamos o esforço de ajudar a permanência e o acesso. Quanto à Física não vou me estender porque fica pra uma próxima vez.

**Minha fala:** Boa tarde, Secretários! Boa tarde, Ministro! Nós dos Fóruns de EJA saudamos a iniciativa da peça publicitária da **chamada pública** e informamos que queremos mais. Queremos com mulheres, com pessoas LGBT, com negros, com indígenas, com pessoas com deficiência, com jovens do Campo, jovens das periferias urbanas e os outros sujeitos da EJA. Também avaliamos que é importante que nas próximas propagandas também seja dito a eles que é direito deles e delas irem à Universidade se assim o desejarem. Que não seja só na perspectiva de formar mão de obra para o mercado. Queremos mais, pois a dívida social com estes sujeitos é enorme. A EJA é modalidade e não pode continuar sendo ofertada somente nos moldes de Programas. Quanto à **BNCC** avaliaremos nossa participação ou não quando tivermos maiores elementos sobre esta alteração na metodologia, pois como apresentamos em audiência com você em 07 de dezembro, nossa discordância é com a metodologia e com a concepção expressa no documento da Base, por considerá-la excludente, tradicional e voltada para o mercado e, por isso, inadequada ao trabalho com jovens, adultos e idosos presentes na EJA. Também solicitamos resposta sobre os motivos do trabalho no **GT de Redimensionamento da Política Nacional de EJA** ter sido paralisado. Lembra? Você criou um GT em dezembro que teria 20 dias para te dar um retorno. Nós tivemos reunião no início de janeiro, o trabalho já está quase todo pronto, teríamos uma reunião no final de janeiro, mas nunca mais se falou sobre isso. Nós encaminhamos ofício pedindo o retorno das atividades do GT, porque para nós dos 27 Fóruns de EJA do Brasil ele é uma conquista pleiteada a décadas. Outra coisa é que precisamos que a verba aplicada no **PROEXT2015 e 2016** seja liberada, Ministro. É por meio destes Programas de Extensão que parte significativa das IES consegue acessar os sujeitos da EJA, tanto, educandos, quanto educadores e gestores, principalmente fora dos espaços escolares, mas com ações educativas, na Extensão Universitária, inclusive o nosso

Portal dos Fóruns de EJA do Brasil que agora no Seminário Nacional do Balanço Intermediário da Confinte+6 vai prestar um grande serviço. É verba do FNDE, por meio de edital. Finalmente é dizer que breve vamos encaminhar novo ofício solicitando outra audiência com o Ministro, pois ainda faltam coisas que foram acertadas naquela nossa conversa e que não estão se efetivando. É isso, Ministro! Por favor, retome as atividades do GT do Redimensionamento.

Retorno da Fala do Ministro: Anelise,(sic) nós vamos fazer uma continuidade dessa chamada pública, na próxima etapa, é outra música do Milton, falando sobre o PRONATEC/EJA e nós podemos pegar depois perfis específicos e valorizar a participação, mas nós precisamos agora estimular a participação do homem na Educação, porque as mulheres tão batendo em tudo. Começou pela mulher, matrícula do ENEM, matrícula na universidade, concluintes, pós-graduação, mestrado e doutorado, as mulheres estão muito além dos homens em todos os indicadores de educação que nós vimos: escolaridade, formação, titulação. Nós precisamos fazer alguma coisa pra ver se os homens estudam mais e valorizar isso, também mostrar que a mulher tem que ir mais e também valorizar o homem e fazer com todos os outros perfis. Só uma coisa que eu quero reforçar, que eu já disse. Todo estudante tem o direito de ir pra universidade. No Brasil 20% de 18 a 24 anos. A meta do PNE, em 10 anos, é chegar a 30%, que é uma meta muito próxima dos países mais ricos. 70% não irão. Agora eu pergunto: nós vamos ficar discutindo só os 20% que vão? O que nós vamos oferecer para os 70% que não vão? Tem que ter um projeto de formação ao longo da vida. Tem que ter ensino técnico, tem que ter programas pra que ele possa continuar estudando. Esses trabalhadores que estão ficando desempregados, eles vão ter que ser qualificados profissionalmente, eles vão ter que melhorar as competências pra voltar pro mercado de trabalho e voltar melhor. É aproveitar esse momento de crise e não desperdiçar. E a gente não pode pensar que a única porta de saída da Educação Básica é a Universidade porque não é e não é em nenhum país do mundo. Só 30 vão e isso nos países mais desenvolvidos; então, 70% não vão e nós precisamos valorizar o Ensino Técnico, prestigiar o Ensino Técnico. O país precisa de técnicos competentes e tem que formá-los. Sobre o GT vamos ver porque parou.

Gente, são 4 horas e eu tenho que ir embora, porque tenho outro compromisso. E pra terminar, queria falar o tema aqui, sobre o Chico Soares. Chico está saindo do

INEP por razões pessoais, ele já disse , acho que tem aí algum ruído na relação com entidade e tal, algumas coisas assim; específicas de gestão mas é um profissional da maior competência, seríssimo, grande intelectual, tem um profundo compromisso com a Educação e vai continuar colaborando com o MEC , entrou no Comitê da Base pra ajudar na redação da base, vai participar de outras tarefas nossas mas quer ter função de gestão nesse momento. Então, estamos tentando construir um nome de perfil que tenha qualificação técnica, currículo acadêmico, pesquisa, titulação, etc. pra estar à frente da instituição que é fundamental pra tudo que nós construímos no PNE e na avaliação da educação brasileira. Então quero aqui, publicamente, agradecer muito e dizer que ele vai continuar sendo nosso colaborador em tempo integral no MEC como profissional e com a qualidade como ser humano e profissional. Então gente, obrigado aí. A gente volta quando marcarem a próxima reunião, o Manuel fica aí.

A reunião continuou e o Ministro saiu. Umas oito pessoas saíram para falar com ele lá fora. Somente eu e o representante dos indígenas do CNEEI conseguimos. Perguntei novamente pela reunião do GT do Redimensionamento da Política Nacional da EJA e ele disse “Faça contato com o Paulo Gabriel”. Minha fala: Mas Ministro, nós estamos tentando desde o final de janeiro e NADA. E ele repetiu: “Faça contato com o Paulo Gabriel. Diga a ele que você me pressionou e que eu disse para você fazer contato com ele. E eu vou falar com ele”.

- g) Ações do Ministério da Educação na Campanha Nacional de combate aos criadouros do mosquito *Aedes Aegypti* na Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Educação – FNE

Não registrei, porque fui atrás do Ministro falar sobre a necessidade e importância do retorno das atividades do GTT do Redimensionamento da Política Nacional da EJA. Quando sair algum registro, divulgo. Mas deve ter sido basicamente aquilo que transcrevi da fala do Ministro.

5. Definição da próxima reunião do FNE. Dia 1º de abril.

6. Aprovamos:

Moção PIBID; <http://fne.mec.gov.br/noticias/1078-forum-defende-pibid-e-pibid-diversidade>

Moção Contra Militarização;

Moção contra Notificação Extrajudicial (Sugeri e foi aprovado que o FNE consulte a OAB e a Advocacia do MEC quanto à inconstitucionalidade da tal notificação)  
<http://fne.mec.gov.br/images/notas/Formatadas/36NoP.pdf>